

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.952.628	4.644.524
1.01	Ativo Circulante	1.469.233	1.067.731
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.250	2.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	386.090	415.081
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	252.465	279.496
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	252.465	279.496
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	133.625	135.585
1.01.03	Contas a Receber	245.299	264.222
1.01.03.01	Clientes	171.259	190.254
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	171.259	190.254
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	74.040	73.968
1.01.04	Estoques	20.307	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	102.193	55.474
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	102.193	55.474
1.01.07	Despesas Antecipadas	955	1.255
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	709.139	313.612
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	466.276	0
1.01.08.03	Outros	242.863	313.612
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro da Concessão	89.141	89.141
1.01.08.03.03	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	153.722	224.471
1.02	Ativo Não Circulante	3.483.395	3.576.793
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.555.242	2.398.018
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	4.011	4.164
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.011	4.164
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	389.731	251.417
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	7.110	35.998
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	57.277	144.460
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	325.344	70.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.161.491	2.142.428
1.02.01.10.03	Tributos à Recuperar	6	5
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	43.136	40.748
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro da Concessão	771.178	700.172
1.02.01.10.06	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	1.345.067	1.399.409
1.02.01.10.07	Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	2.104	2.094
1.02.02	Investimentos	343.324	588.019
1.02.02.01	Participações Societárias	343.324	588.019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	98.985	487.136
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	244.339	100.883
1.02.03	Imobilizado	544.827	563.588
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	507.457	524.533
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.370	39.055
1.02.04	Intangível	40.002	27.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.04.01	Intangíveis	40.002	27.168
1.02.04.01.02	Softwares	40.002	27.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.952.628	4.644.524
2.01	Passivo Circulante	802.647	778.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.563	32.726
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.563	32.726
2.01.02	Fornecedores	246.025	243.102
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	246.025	243.102
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.724	22.401
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.425	22.359
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	59.429	2.001
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	4.584	5.662
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.712	7.072
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.05	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.251	1.770
2.01.03.01.06	Outros	4.449	4.337
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	299	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	299	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.363	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.363	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.711	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.652	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	238.894	235.611
2.01.05.02	Outros	238.894	235.611
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	60.116	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	38.778	29.225
2.01.06	Provisões	159.078	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	159.078	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.525	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	126.755	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	798	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.724.430	1.541.895
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	538.935	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	538.935	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	45.276	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	493.659	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	75.851	69.172
2.02.02.02	Outros	75.851	69.172
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	13.045	9.563
2.02.02.02.07	Outros Passivos	62.806	59.609
2.02.03	Tributos Diferidos	211.474	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	211.474	243.319
2.02.04	Provisões	898.170	851.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	898.170	851.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	631	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	69.450	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	754.552	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.537	80.291
2.03	Patrimônio Líquido	2.425.551	2.324.299
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.945	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-472.219	-460.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.951	735.601	289.784	682.477
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	92.272	240.391	87.521	242.963
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	122.371	404.405	114.613	318.817
3.01.03	Remuneração do Ativo Financeiro	33.461	93.247	15.128	36.835
3.01.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	23.555	67.043	77.791	111.723
3.01.05	Receita de Construção	32.760	86.326	40.087	93.405
3.01.06	PIS e COFINS	-28.257	-82.851	-24.797	-59.484
3.01.07	Quota RGR	-837	-2.188	0	0
3.01.08	Outros Encargos	-2.505	-9.132	-3.457	-10.802
3.01.09	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.652	-7.878	-2.903	-6.165
3.01.10	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-12.898	-35.529	-5.650	-20.618
3.01.11	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-757	-2.343	-743	-1.952
3.01.12	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-4.562	-15.890	-7.806	-22.245
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.500	-490.362	-190.707	-455.094
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-52.043	-147.707	-67.492	-110.977
3.02.02	Custo de Operação	-123.457	-342.655	-123.215	-344.117
3.03	Resultado Bruto	76.451	245.239	99.077	227.383
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	16.905	-16.433	9.399	-2.629
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.043	534	-1.749	-7.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.236	-62.360	-18.716	-56.742
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.137	9.137	7.142	14.118
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-234	-43.843	-7.020	-27.739
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	800	-39.643	-6.784	-26.576
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.034	-4.200	-236	-1.163
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.281	80.099	29.742	74.840
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.356	228.806	108.476	224.754
3.06	Resultado Financeiro	-21.602	-92.256	19.610	29.272
3.06.01	Receitas Financeiras	73.023	105.856	31.252	71.517

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.625	-198.112	-11.642	-42.245
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.754	136.550	128.086	254.026
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.664	-31.832	292	-16.635
3.08.01	Corrente	-18.248	-59.221	-28.704	-41.392
3.08.02	Diferido	9.584	27.389	28.996	24.757
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	63.090	104.718	128.378	237.391
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	63.090	104.718	128.378	237.391
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.01.02	PN	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.02.02	PN	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	63.090	104.718	128.378	237.391
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-984	-6.264	16.700	8.534
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.291	-8.220	10.140	10.790
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	307	1.956	6.560	-2.256
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.106	98.454	145.078	245.925

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-44.435	104.791
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	237.059	281.427
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	104.718	237.391
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	79.955	-5.385
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	18.232	18.076
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-80.099	-74.840
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	9.012	32.768
6.01.01.06	Variações Monetárias do Passivo não Circulante	0	13.862
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	534	16.790
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-27.389	-4.013
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.544	83.503
6.01.01.10	Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-10.012	-8.714
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	125.091	-28.011
6.01.01.12	Encargos de Dívida Provisionados	15.473	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-334.131	-179.857
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	18.461	-70.669
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-46.720	-30.679
6.01.02.03	Dividendos Recebidos	31.377	0
6.01.02.04	Estoques	-4.300	-2.176
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	3.752	3.651
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	300	385
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-2.388	-6.904
6.01.02.08	Ativo Financeiro da Concessão	-71.006	-91.069
6.01.02.09	Bens e Direitos Destinado à Alienação	-10	0
6.01.02.10	Contas a Receber	153	0
6.01.02.11	Outros Créditos a Receber	-254.018	31.387
6.01.02.12	Fornecedores	2.923	-7.956
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas	9.837	5.899
6.01.02.14	Provisão para Benefícios a Empregados	-19.704	-21.526
6.01.02.15	Obrigações da Concessão	-2.788	17.995
6.01.02.16	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-6.571
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-1.624
6.01.03	Outros	52.637	3.221
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	53.323	10.682
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-13.436	-10.602
6.01.03.03	Outros Passivos	12.750	3.141
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.638	-37.811
6.02.01	Aumento do Investimento	-86.021	-156.880
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	29.232	120.569
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	79	-1.493
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-13.928	-7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.212	51.545
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	110.175	39.102

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-18.963	12.443
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.861	118.525
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.576	33.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	257.715	152.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	0	-327.186	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	0	-327.186	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.945	-11.693	101.252
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.718	0	104.718
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.227	-11.693	-3.466
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	8.227	-8.227	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.798	2.798
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.220	-8.220
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.956	1.956
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	112.945	-472.219	2.425.551

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	248.946	1.104	250.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	237.391	0	237.391
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.555	1.104	12.659
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	11.555	-11.555	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.125	4.125
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	10.754	10.754
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.220	-2.220
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	248.946	-462.816	2.431.783

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	896.883	784.219
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	891.412	803.743
7.01.02	Outras Receitas	4.937	-12.418
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	534	-7.106
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-265.681	-252.283
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-147.706	-110.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.336	-33.602
7.02.04	Outros	-91.639	-107.704
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-15	-1.216
7.02.04.02	Outras Despesas Operacionais	-5.298	-13.083
7.02.04.03	Custo de Construção	-86.326	-93.405
7.03	Valor Adicionado Bruto	631.202	531.936
7.04	Retenções	-58.403	-36.133
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.430	-16.790
7.04.02	Outras	-40.973	-19.343
7.04.02.01	Provisões	-40.973	-19.343
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	572.799	495.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	185.955	146.357
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.099	74.840
7.06.02	Receitas Financeiras	105.856	71.517
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	758.754	642.160
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	758.754	642.160
7.08.01	Pessoal	234.207	218.040
7.08.01.01	Remuneração Direta	114.847	108.653
7.08.01.02	Benefícios	23.118	28.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.021	8.846
7.08.01.04	Outros	86.221	71.939
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	78.832	36.628
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	7.389	35.311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	217.277	139.892
7.08.02.01	Federais	215.865	137.925
7.08.02.02	Estaduais	780	0
7.08.02.03	Municipais	632	1.967
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	202.552	46.837
7.08.03.02	Aluguéis	4.440	4.592
7.08.03.03	Outras	198.112	42.245
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	198.112	42.245
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.718	237.391
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.718	237.391

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	5.027.247	4.726.199
1.01	Ativo Circulante	1.472.208	1.072.322
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.823	4.981
1.01.02	Aplicações Financeiras	387.188	415.937
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	253.563	280.352
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	253.563	280.352
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	133.625	135.585
1.01.03	Contas a Receber	235.185	255.418
1.01.03.01	Clientes	171.486	190.681
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	171.486	190.681
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	63.699	64.737
1.01.04	Estoques	20.307	16.007
1.01.06	Tributos a Recuperar	102.352	55.592
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	102.352	55.592
1.01.07	Despesas Antecipadas	994	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	720.359	323.054
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	466.276	0
1.01.08.03	Outros	254.083	323.054
1.01.08.03.02	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	100.361	224.471
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	153.722	98.583
1.02	Ativo Não Circulante	3.555.039	3.653.877
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.802.270	2.508.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	9	9
1.02.01.04	Contas a Receber	36.536	44.048
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	36.536	44.048
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	332.454	106.957
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	7.110	35.998
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	325.344	70.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.433.271	2.357.594
1.02.01.10.03	Tributos à Recuperar	6	5
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	70.875	43.471
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro da Concessão	1.015.219	912.615
1.02.01.10.06	Rede Básica de Sistema Existente - RBSE	1.345.067	1.399.409
1.02.01.10.07	Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	2.104	2.094
1.02.02	Investimentos	-23.503	364.648
1.02.02.01	Participações Societárias	-23.503	364.648
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	-23.503	364.648
1.02.03	Imobilizado	735.892	753.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	490.904	507.980
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	244.988	245.096
1.02.04	Intangível	40.380	27.545
1.02.04.01	Intangíveis	40.380	27.545
1.02.04.01.02	Softwares	40.380	27.545

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	5.027.247	4.726.199
2.01	Passivo Circulante	852.802	836.816
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.568	32.739
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.568	32.739
2.01.02	Fornecedores	291.341	292.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	291.341	292.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.021	26.704
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77.722	26.662
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	59.447	2.463
2.01.03.01.02	Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	6.161	8.196
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.712	7.095
2.01.03.01.04	Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0	1.517
2.01.03.01.05	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.251	1.770
2.01.03.01.06	Outros	5.151	5.621
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	299	42
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	299	42
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.363	28.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.363	28.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.711	6.691
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	33.652	21.533
2.01.05	Outras Obrigações	241.431	240.872
2.01.05.02	Outros	241.431	240.872
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	60.116	66.386
2.01.05.02.05	Outros Passivos	41.315	34.486
2.01.06	Provisões	159.078	216.266
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	159.078	216.266
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.525	17.780
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	126.755	196.115
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	798	2.371
2.02	Passivo Não Circulante	1.732.309	1.550.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	538.935	377.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	538.935	377.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	45.276	50.175
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	493.659	327.555
2.02.02	Outras Obrigações	83.730	78.046
2.02.02.02	Outros	83.730	78.046
2.02.02.02.05	Obrigações com a Concessão	13.045	9.563
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	6.598	7.096
2.02.02.02.07	Outros Passivos	64.087	61.387
2.02.03	Tributos Diferidos	211.474	243.319
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	211.474	243.319
2.02.04	Provisões	898.170	851.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	898.170	851.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	631	571
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	69.450	65.916
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	754.552	704.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.537	80.291
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.442.136	2.338.614
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	588.447
2.03.02	Reservas de Capital	0	327.186
2.03.04	Reservas de Lucros	1.869.192	1.869.192
2.03.04.01	Reserva Legal	20.415	20.415
2.03.04.02	Reserva Estatutária	40.832	40.832
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	194.505	194.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.04.11	Dividendos Remanescentes	604.136	604.136
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.945	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-472.219	-460.526
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	16.585	14.315

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	269.163	771.576	296.640	700.184
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	92.272	240.649	88.154	244.178
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	122.461	404.798	114.647	318.851
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	36.309	101.433	18.203	45.856
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	23.555	67.043	77.790	111.723
3.01.06	Receita de Construção	47.064	113.582	43.242	100.908
3.01.08	PIS e COFINS	-28.287	-82.969	-24.770	-59.484
3.01.09	Quota RGR	-838	-2.188	0	0
3.01.10	Outros Encargos	-2.505	-9.132	-3.524	-10.869
3.01.11	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.652	-7.878	-2.903	-6.165
3.01.12	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-12.897	-35.529	-5.650	-20.618
3.01.13	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-757	-2.343	-743	-1.951
3.01.14	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-4.562	-15.890	-7.806	-22.245
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-189.967	-517.904	-193.861	-462.597
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-52.043	-147.707	-67.492	-110.977
3.02.02	Custo de Operação	-137.924	-370.197	-126.369	-351.620
3.03	Resultado Bruto	79.196	253.672	102.779	237.587
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	14.349	-24.225	7.904	-9.387
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.043	534	-1.749	-7.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.583	-63.506	-18.995	-57.636
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.138	9.138	7.142	14.118
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-248	-43.871	-7.142	-28.106
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	786	-39.671	-6.906	-26.943
3.04.05.02	Outras Despesas	-1.034	-4.200	-236	-1.163
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	34.085	73.480	28.648	69.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.545	229.447	110.683	228.200
3.06	Resultado Financeiro	-21.582	-92.263	17.663	26.689
3.06.01	Receitas Financeiras	73.060	105.946	31.275	71.566

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.642	-198.209	-13.612	-44.877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.963	137.184	128.346	254.889
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.684	-31.907	156	-16.881
3.08.01	Corrente	-18.268	-59.296	-28.840	-41.639
3.08.02	Diferido	9.584	27.389	28.996	24.758
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	63.279	105.277	128.502	238.008
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	63.279	105.277	128.502	238.008
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	63.090	104.718	128.378	237.391
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	189	559	124	617
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.01.02	PN	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000
3.99.02.02	PN	7,00000	11,00000	13,00000	25,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	63.279	105.277	128.502	238.008
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-984	-6.264	16.700	8.534
4.02.01	Varição no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.291	-8.220	10.140	10.790
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	307	1.956	6.560	-2.256
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	62.295	99.013	145.202	246.542
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	62.106	98.454	145.078	245.926
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	189	559	124	616

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-89.768	90.234
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	238.116	278.774
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	105.277	238.008
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	79.955	-5.385
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	20.691	18.378
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-73.481	-69.343
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	9.012	32.768
6.01.01.06	Variações Monetárias do Passivo não Circulante	0	13.862
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	534	16.790
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-27.389	-4.013
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	1.544	83.503
6.01.01.10	Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-10.012	-8.714
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	125.091	-28.011
6.01.01.12	Encargos de Dívida Provisionados	15.473	0
6.01.01.13	Outros	-8.579	-9.069
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-362.567	-191.315
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	18.644	-70.781
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-46.737	-30.803
6.01.02.03	Aplicações Financeiras de Longo Prazo	31.377	0
6.01.02.04	Estoques	-4.300	-2.176
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	3.752	3.651
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	340	427
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-27.404	-7.047
6.01.02.10	Ativo Financeiro da Concessão	-71.006	-91.069
6.01.02.11	Bens e Direitos Destinados à Alienação	-10	0
6.01.02.12	Contas a Receber	153	0
6.01.02.13	Outros Créditos a Receber	-254.046	31.810
6.01.02.14	Fornecedores	-670	-19.490
6.01.02.15	Obrigações Trabalhistas	9.832	5.889
6.01.02.16	Provisão para Benefícios a Empregados	-19.704	-21.526
6.01.02.17	Obrigações da Concessão	-2.788	17.995
6.01.02.18	Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	0	-6.571
6.01.02.19	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-1.624
6.01.03	Outros	34.683	2.775
6.01.03.01	Obrigações Fiscais	50.150	11.276
6.01.03.02	Pagamento de Encargos de Dívidas	-13.436	-10.602
6.01.03.03	Outros Passivos	-2.031	2.101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.994	-51.790
6.02.01	Aumento de Investimentos	-86.021	-156.880
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	130.697	123.055
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-28.754	-17.958
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-13.928	-7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	61.827	79.110

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	110.175	39.102
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-18.963	12.443
6.03.03	Integralização de Capital Social	50.851	92.132
6.03.04	Partes Relacionadas	-80.236	-64.567
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.947	117.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	285.333	37.654
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	259.386	155.208

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	0	-327.186	0	0	0	1.711	1.711
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	0	-327.186	0	0	0	1.711	1.711
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.945	-11.693	101.252	559	101.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.718	0	104.718	559	105.277
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.227	-11.693	-3.466	0	-3.466
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	8.227	-8.227	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.798	2.798	0	2.798
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.220	-8.220	0	-8.220
5.05.02.09	IR e CS sobre a Varição Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.956	1.956	0	1.956
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	112.945	-472.219	2.425.551	16.585	2.442.136

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.057.206	0	-463.920	2.181.733	17.534	2.199.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	248.946	1.104	250.050	728	250.778
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	237.391	0	237.391	728	238.119
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.555	1.104	12.659	0	12.659
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	11.555	-11.555	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	4.125	4.125	0	4.125
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	10.754	10.754	0	10.754
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-2.220	-2.220	0	-2.220
5.07	Saldos Finais	588.447	0	2.057.206	248.946	-462.816	2.431.783	18.262	2.450.045

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	932.976	802.006
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	927.505	821.530
7.01.02	Outras Receitas	4.937	-12.418
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	534	-7.106
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-293.702	-260.183
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-147.706	-110.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.007	-33.867
7.02.04	Outros	-118.989	-115.339
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-15	-1.216
7.02.04.02	Custo de Construção	-113.582	-100.908
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-5.392	-13.215
7.03	Valor Adicionado Bruto	639.274	541.823
7.04	Retenções	-58.403	-36.133
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.430	-16.790
7.04.02	Outras	-40.973	-19.343
7.04.02.01	Provisões	-40.973	-19.343
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	580.871	505.690
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	179.427	140.909
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	73.481	69.343
7.06.02	Receitas Financeiras	105.946	71.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	760.298	646.599
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	760.298	646.599
7.08.01	Pessoal	234.790	218.687
7.08.01.01	Remuneração Direta	115.422	109.294
7.08.01.02	Benefícios	23.126	28.608
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.021	8.846
7.08.01.04	Outros	86.221	71.939
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	78.832	36.628
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	7.389	35.311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	217.554	140.264
7.08.02.01	Federais	216.142	138.297
7.08.02.02	Estaduais	780	0
7.08.02.03	Municipais	632	1.967
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	202.677	49.640
7.08.03.02	Aluguéis	4.468	4.763
7.08.03.03	Outras	198.209	44.877
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	198.209	44.877
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	105.277	238.008
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	105.277	238.008

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

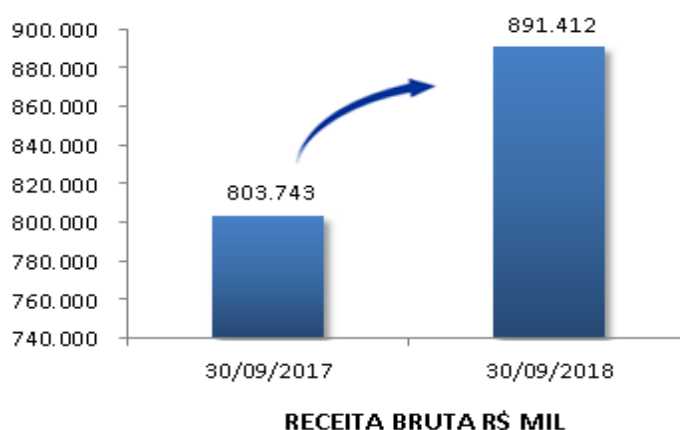
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 30 de Setembro de 2018 e 2017

	30/09/2018	30/09/2017	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	891.412	803.743	10,91
Deduções da Receita Operacional.....	(155.811)	(121.266)	28,49
Receita Operacional Líquida.....	735.601	682.477	7,78
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(490.362)	(455.094)	7,75
Custo com Energia Elétrica.....	(147.707)	(110.977)	33,10
Custo de Operação.....	(342.655)	(344.117)	(0,42)
Lucro Operacional Bruto.....	245.239	227.383	7,85
Despesas Operacionais	(101.469)	(90.424)	12,21
Outras Receitas	9.137	14.118	(35,28)
Outras Despesas	(4.200)	(1.163)	261,26
Resultado do Serviço.....	148.707	149.914	(0,81)
Depreciação e Amortização.....	17.706	16.905	4,74
Resultado de Participações Societárias.....	80.099	74.840	7,03
EBITDA.....	166.413	166.820	(0,24)
Margem EBITDA.....	22,62%	24,44%	(7,45)
Receita/Despesa Financeira.....	(92.256)	29.272	(415,17)
IR e CS.....	(31.832)	(16.635)	91,35
Resultado Líquido do Período.....	104.718	237.391	(55,89)

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês de Setembro de 2018 com uma receita operacional bruta de R\$891.412 milhões, variação de 10.91%, superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$803.743 milhões.



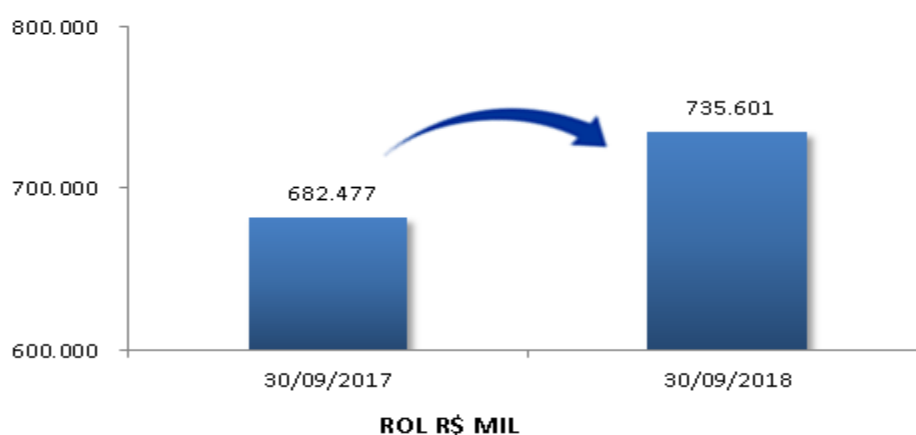
Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. As deduções da receita operacional em setembro de 2018 totalizaram R\$155.811, com variação de 28,49% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de R\$121.266.

Receita Operacional Líquida - ROL

A ROL é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrassetoriais. A receita líquida em setembro de 2017 foi de R\$682.477 milhões, já em setembro de 2018 foi de R\$735.601 milhões, refletindo uma margem de 7,78%.



Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que 2018 o Custo do Serviço de Energia Elétrica sofreu um acréscimo de 7,75% passando de R\$455.094 em setembro de 2017 para R\$490.362 em setembro de 2018, sendo que o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica elevou-se em 33,10% passando de R\$110.977 milhões em setembro de 2017 para R\$147.707 milhões em setembro de 2018. Este incremento é preponderantemente explicado pelo registro das Recontabilizações CCEE Curto prazo.
- **Custo de Operação:** O custo de operação apresentou uma redução de 0,42% resultando em setembro de 2018 no valor de R\$342.655 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$344.117 milhões. Esta variação é explicada pela redução na rubrica de Serviço de Terceiros, Materiais e Depreciação/Amortização.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

EBITDA

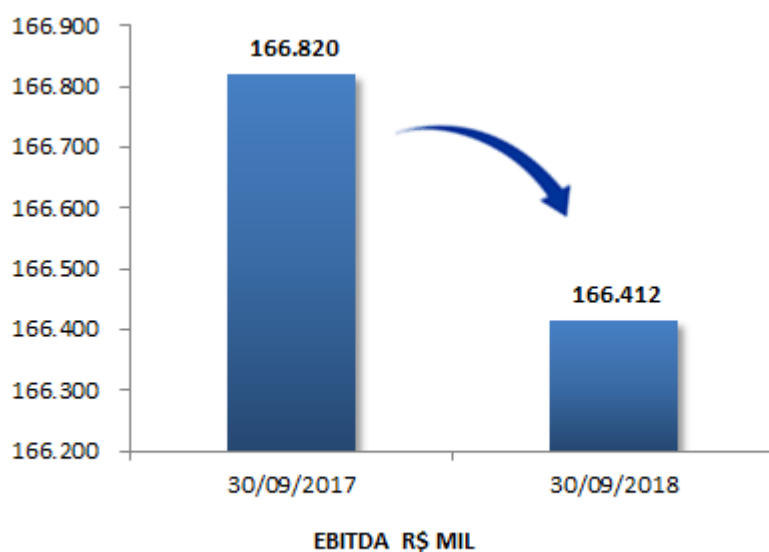
A composição do EBITDA de 30 de setembro de 2018, bem como do mesmo período do ano anterior é de:

	30/09/2018	30/09/2017
Receita Operacional Líquida	735.601	682.477
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(490.362)	(455.094)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(96.533)	(77.469)
= Resultado Operacional	148.706	149.914
(+) Depreciação/Amortização	17.706	16.905
EBTIDA	166.412	166.820
Margem EBTIDA	22,62%	24,44%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais o EBTIDA representa o quanto à empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Em setembro de 2018 houve uma redução de 0,24% no indicador EBITDA em comparação ao mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA apresentou redução, passando de 24,44% em setembro de 2017 para 22,62% em setembro de 2018.



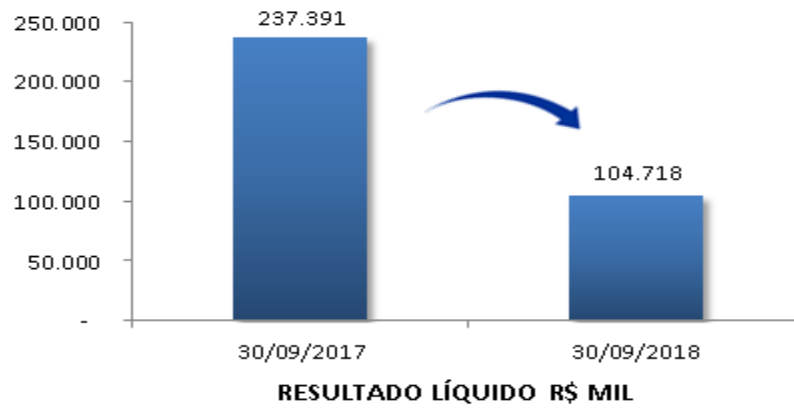
Resultado Financeiro

- Receita Financeira – No mês de setembro de 2018, as receitas somaram R\$105.856 milhões, ocorrendo um acréscimo de 48,02% se comparadas com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$71.517 milhões, devido principalmente à variação cambial.
- Despesa Financeira– aumentou em 368,96%, passando de R\$42.245 milhões em setembro de 2017 para R\$198.112 milhões em setembro de 2018, devido principalmente à Variação Monetária e Cambial dos Empréstimos e Financiamentos e também a Despesa Financeira de Recontabilizações CCEE.

Comentário do Desempenho

Resultado do Período

O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e todas as despesas do período. Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 30 de setembro de 2018 alcançou R\$104.718 milhões, apresentando uma redução de 55,89% em relação ao mesmo período de 2017.



Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Informações Trimestrais
em 30 de Setembro de 2018

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 92,63% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 16.2.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Notas Explicativas

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 17.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Notas Explicativas

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE.

Frente a esta cobrança a Companhia ingressou com requerimento administrativo na ANEEL, buscando um maior detalhamento do valor cobrado, bem como aguardar deliberação da Agência sobre eventual parcelamento dos débitos relativos à reversão de provimentos judiciais que limitavam a responsabilidade de geradores hidrelétricos no que toca ao ônus decorrente do GSF. Judicialmente a CEEE-GT conquistou mandado de segurança suspendendo a cobrança do respectivo débito e desonerando a Companhia de todos os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito, até a apreciação definitiva na esfera administrativa acerca do requerimento administrativo apresentado pela Companhia.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

Notas Explicativas

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de Setembro de 2018, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”)*, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR, as Informações Trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e Informações Trimestrais relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

As Informações Trimestrais Compreendem:

a) *Informações Trimestrais Individuais*

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

b) *Informações Trimestrais Consolidadas*

As Informações Trimestrais Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.1.1. Autorização e Emissão das Informações Trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas em 09/11/2018.

3.1.2. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Informações Trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das informações trimestrais. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações trimestrais. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	30/09/2018	31/12/2017
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	92,63%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de abril de 2018.

Para melhor entendimento das informações apresentadas, as informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e Informações Trimestrais relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017.

4.1. Principais alterações nas normas contábeis – vigentes a partir 01 de janeiro de 2018

4.1.1 IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

Este normativo traz uma nova abordagem sobre a classificação, reconhecimento, mensuração e provisão para perdas esperadas em ativos e passivos financeiros. Anteriormente, esta abordagem era tratada no CPC38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Um das principais mudanças apresentadas por essa nova prática contábil diz respeito à forma de registro das perdas esperadas para os ativos contratuais e financeiros. No modelo anterior, as perdas eram reconhecidas após transcorrido determinado tempo de inadimplência dos contratos ou ativos a receber. Já no novo modelo, as perdas são reconhecidas no momento em que houver sinalização de risco de crédito para o contrato ou ativo, risco este que possa prejudicar o fluxo de caixa esperado.

O CPC 48 estabelece que a entidade deve, em cada data do balanço, mensurar a provisão de perdas para seus instrumentos financeiros quando o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Neste sentido, a Companhia realiza estudo com periodicidade mensal, acompanhando o comportamento de suas diversas carteiras de contratos há quinze meses, no intuito de identificar qualquer aumento significativo de risco de crédito para as mesmas. Das carteiras de contratos analisadas, destacam-se: Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST); Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT); Contratos de operação e manutenção (O&M) e Contratos de Venda de Energia.

Conforme já divulgado nas Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, a Companhia não encontrou evidências que justifique qualquer reconhecimento de perda adicional para suas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2018 por conta da adoção da nova norma contábil.

4.1.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes).

A nova Norma IFRS 15 / CPC 47 tem como princípio básico determinar quando uma receita deve ser reconhecida e como deve ser mensurada. Esta nova abordagem traz também a exigência do reconhecimento de receita pelo valor líquido das obrigações de desempenho que a entidade assumi ao longo do contrato. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18), Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A, Programas de Fidelidade com o Cliente (IFRIC 13).

Este pronunciamento especifica a contabilização de contrato individual com o cliente. Contudo, como expediente prático, a entidade pode aplicar este pronunciamento a uma carteira de contratos (ou de obrigações de desempenho) com características similares, se essa entidade, razoavelmente, esperar que os efeitos sobre as demonstrações contábeis da aplicação deste pronunciamento à carteira não difiram, significativamente, da aplicação deste pronunciamento aos contratos (ou obrigações de desempenho) individuais dentro dessa carteira. Ao contabilizar a carteira, a entidade deve utilizar estimativas e premissas que reflitam o tamanho e a composição da carteira.

Contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis. A exigibilidade dos direitos e obrigações em contrato é matéria legal. Contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da entidade. A entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

Notas Explicativas

A Companhia realizou estudo sobre as características de todas as suas carteiras de contratos, com a finalidade de identificar qualquer impacto em suas demonstrações financeiras a partir de janeiro de 2018 produzido pela adoção da nova Norma IFRS15 / CPC47. Apresenta-se a seguir o resultado desta análise, construído mediante avaliação das cinco etapas que devem ser atendidas para o reconhecimento da receita segundo a nova Norma. As etapas são: Identificar o contrato com o cliente; identificar as obrigações de desempenho do contrato; Determinar o preço da transação; Alocar o preço da transação; e Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita / alcançada.

a) Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações; preço fixo mediante RAP anual homologada pela ANEEL; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

b) Contrato Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a disponibilização das instalações para acesso ao SIN; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

c) Contrato de Operação e Manutenção - O&M

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a conclusão da prestação do serviço; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

d) Contrato de Venda de Energia – CCAR e CCAL

Contrato identificado entre as partes; obrigação de desempenho é a entrega da energia; preço fixo mediante valor contratual; e a receita é reconhecida ao longo do tempo mediante satisfação da obrigação de desempenho.

4.2. Principais alterações nas normas contábeis – vigentes a partir 01 de janeiro de 2019

4.2.1 IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)

O IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases –Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

Notas Explicativas

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	5.250	2.080	5.823	4.981
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	252.465	279.496	253.563	280.352
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		257.715	281.576	259.386	285.333
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		9	9	9	9
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		9	9	9	9

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$5.250 (R\$2.080 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$252.464 (R\$279.496 em 31 de dezembro de 2017) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia	21.842	22.946	21.842	22.946
Encargos de uso da Rede	82.283	104.093	82.510	104.520
Energia de Curto Prazo - CCEE	71.023	73.367	71.023	73.367
Títulos de Crédito a Rebeber	527	463	527	463
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.416)	(10.615)	(4.416)	(10.615)
	171.259	190.254	171.486	190.681

6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$4.416 (R\$10.615 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	31/12/2017	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		30/09/2018
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	1.602	191	(1.591)	202
Encargos de uso da Rede	9.013	1.006	(5.805)	4.214
	10.615	1.197	(7.396)	4.416

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	318	565	318	565
INSS a Compensar	398	1.155	398	1.155
IRPJ e CSLL a Compensar	64.159	49.681	64.159	49.681
IRPJ e CSLL Base Negativa	37.318	4.073	37.477	4.191
	<u>102.193</u>	<u>55.474</u>	<u>102.352</u>	<u>55.592</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	3	2	3	2
	<u>6</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>5</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Estoque de Operação	20.789	16.489	20.789	16.489
(-) Provisão para Perdas	(482)	(482)	(482)	(482)
	<u>20.307</u>	<u>16.007</u>	<u>20.307</u>	<u>16.007</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	9.053	7.175	9.053	7.175
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		9.708	1.810	9.708	1.810
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		11.357	9.617	11.357	9.617
Cedência de Funcionários	35	361	236	361	236
Conta Gráfica	9.2	380	5.802	380	5.802
Dividendos a Receber.....	9.3	566	20.886	566	20.886
Custos a Reembolsar.....	9.4	22.851	20.601	12.107	10.985
Outros Devedores		19.764	7.841	20.167	8.226
		<u>74.040</u>	<u>73.968</u>	<u>63.699</u>	<u>64.737</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5	325.344	70.959	325.344	70.959
Outros		4.011	4.164	36.536	44.048
		<u>329.355</u>	<u>75.123</u>	<u>361.880</u>	<u>115.007</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$9.053 (R\$7.175 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

Notas Explicativas

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$380 (R\$5.802 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos saldos de cedência de funcionários e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$566 (R\$20.886 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Chapecoense R\$8, Etau R\$23, Complexo Eólico Povo Novo R\$17 e Enerfin R\$518.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$22.851 (R\$20.601 em 31 de dezembro de 2017) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras, principalmente com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuaria) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil).

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282 (setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais) da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), pelo prazo de 24 meses. Até a data de 30 de setembro de 2018, houve liberação R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) à Distribuidora.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$325.344.

Notas Explicativas

Data do Evento	Histórico	Valor
25/05/2016	Contrato Repactuado	335.212
31/08/2018	Liberação Mútuo	100.000
30/09/2018	Liberação Mútuo	150.000
30/09/2018	Parcelas Liberadas até 30/09/2018	585.212
30/09/2018	Atualização até 30/09/2018	55.540
30/09/2018	Parcelas Recebidas até 30/09/2018	(315.408)
NÃO CIRCULANTE		325.344

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Investimentos em Títulos do Governo	133.625	135.585	133.625	135.585
	133.625	135.585	133.625	135.585

10.1. Descrição

O saldo de R\$133.625 (R\$135.585 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

Notas Explicativas

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2017	135.585	8.874	(3.267)	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	10.012	-	-	10.012	-
Valorização do valor justo	(8.220)	-	(8.220)	-	-
Juros Recebidos.....	(3.752)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	426	1.956	-	(2.383)
Posição em 30/09/2018	133.625	9.300	(9.531)	10.012	(2.383)

Notas Explicativas

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais.....	43.136	40.748	70.875	43.471
	<u>43.136</u>	<u>40.748</u>	<u>70.875</u>	<u>43.471</u>

O valor de R\$43.136 (R\$40.748 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 25).

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante	89.141	89.141	100.361	98.583
Não Circulante	771.178	700.172	1.015.219	912.615
	<u>860.319</u>	<u>789.313</u>	<u>1.115.580</u>	<u>1.011.198</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 30 de setembro de 2018, o valor de R\$860.319 é composto por R\$42.012, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$740.96, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$77.611 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

Notas Explicativas

12.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	698.902	44.342	46.069	221.885	1.011.198
(+) Receita de Construção (Adições).....	53.275	-	33.043	27.256	113.574
(+) Receita Financeira.....	55.222	6.059	2.188	8.186	71.655
(-) Baixas.....	(1.651)	-	(190)	-	(1.841)
(+) Reversão da Perda de Valor recuperável.....	-	-	-	8.357	8.357
(-) Amortização do período.....	(65.052)	(8.389)	(3.507)	(2.459)	(79.407)
(-) Outros.....	-	-	8	(7.964)	(7.956)
Saldo em 30 de Setembro de 2018	740.696	42.012	77.611	255.261	1.115.580
Em 30 de Setembro de 2018 - Circulante	68.451	16.936	3.754	11.220	100.361
Em 30 de Setembro de 2018 - Não Circulante	672.245	25.076	73.857	244.041	1.015.219

Em 2017 a Companhia reverteu provisão para perda do valor recuperável do Contrato de Concessão nº 055/2001, no valor de R\$ 299.248, com impacto no resultado do período. Os ativos do Contrato de Concessão nº 055/2001 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, não fizeram parte do escopo dos bens indenizados pela União por ocasião da renovação em 2012, por este motivo houve a constituição da Provisão para Perda. Porém, estes ativos possuem Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 84.553, definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017, de 27 de junho de 2017, contemplando a remuneração do capital e o custo e operação e manutenção das novas instalações e melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. Não havendo necessidade da manutenção da Provisão.

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017 de 27 de junho de 2017 para os ativos do Contrato de Concessão nº 080/2002, classificados como Ativo Financeiro, é de R\$24.742.

Os ativos do Contrato de Concessão nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Financeiro, tem sua receita anual de R\$ 70.821 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017, de 04 de julho de 2017, contemplando o valor de R\$ 3.754 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

12.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

Notas Explicativas

12.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

13. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante	153.722	224.471	153.722	224.471
Não Circulante	1.345.067	1.399.409	1.345.067	1.399.409
	<u>1.498.789</u>	<u>1.623.880</u>	<u>1.498.789</u>	<u>1.623.880</u>

O Montante de R\$1.498.789 (R\$ 1.623.880 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Notas Explicativas

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$1.498.789 (R\$ 1.623.880 em 31 de dezembro de 2017) é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até 30 de junho de 2018, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis.

14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Pagamentos Antecipados.....	955	1.255	994	1.333
	955	1.255	994	1.333

O valor de R\$955 (R\$1.255 em 30 de setembro de 2017), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

15. INVESTIMENTOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 17 de setembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Desinvestimento em 06 ativos nos quais a Companhia possui participação minoritária em seu capital social, sendo eles: Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU.

Neste ensejo, foram aprovados os preços mínimos de venda dos ativos e forma de alienação destas participações societárias, a qual será realizada por meio de Leilão, na B3 S.A – Brasil Bolsa, cujo edital será publicado brevemente pela CEEE-GT.

A Iniciativa de Venda desses Ativos faz parte da estratégia de potencializar o foco de realização nos investimentos atinentes aos Contratos de Concessão nativos da Companhia (Contrato de Concessão nº 055/2001, nº 025/2000 e nº 080/2002).

A Companhia levou em consideração o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e entendeu que em 30 de setembro de 2018 a participação nas sociedades Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU atenderam aos parâmetros dispostos para classificação em Mantidos para Venda. Os Ativos Mantidos para Venda foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de vendas.

A CEEE-GT destaca que está comprometida com o plano de vendas destes ativos elencados acima, bem como se encontra em fase de construção do Edital de Venda, o qual será publicado dentro das próximas semanas. Ademais, a estimativa para a conclusão da venda não ultrapassa um ano de sua classificação.

Os ganhos ou perdas relativos às operações dos Ativos Mantidos para Venda estão demonstrados na nota explicativa 16.7 – Movimentação dos Investimentos. Não há ganhos ou perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

16. INVESTIMENTOS

16.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	463.144	707.840	96.317	484.469
Avaliadas pelo método de custo.....	3.024	3.024	3.024	3.024
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(122.844)	(122.845)	(122.844)	(122.845)
	<u>343.324</u>	<u>588.019</u>	<u>(23.503)</u>	<u>364.648</u>

16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
Jaguari	TESB TPAE	Ventos de Curupira Ventos de Povo Novo Ventos de Vera Cruz Palmares Ventos da Lagoa Ventos do Litoral Ventos do Sul Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	342.190	92,63%	255.475	90,40%
Ventos de Curupira.....	55.929	99,99%	39.768	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	24.639	99,99%	14.108	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	99,99%	38.581	99,99%
Coligadas				
TPAE.....	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

16.3 Controladas

16.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Notas Explicativas

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$ 176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Em janeiro deste ano houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engeneering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 92,63% do capital social subscrito, totalizando R\$ 316,9 milhões.

16.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

16.3.3 Impairment

Para o exercício de 2016 a companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$87,8 milhões em 2017.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016 e R\$ 9 milhões em 2017, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

Notas Explicativas

16.4. Coligadas

16.4.1 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.2. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.3. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

Notas Explicativas

16.4.4. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.5. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	30/09/2018
Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	18.174

16.4.6. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

Notas Explicativas

16.5. Informações Trimestrais das Investidas

16.5.1. Informações Trimestrais Controladas

Balanco Patrimonial	30/09/2018			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.025	190	111	345
Outros Ativos Circulantes.....	11.571	361	83	33
Ativo Não Circulante.....	304.305	78.273	34.935	78.235
	<u>316.901</u>	<u>78.824</u>	<u>35.129</u>	<u>78.613</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	4.306	22.051	10.118	13.691
Outros Passivos Não Circulantes.....	69.273	2.179	1.110	3.345
Patrimônio Líquido.....	243.322	54.594	23.901	61.577
	<u>316.901</u>	<u>78.824</u>	<u>35.129</u>	<u>78.613</u>

Demonstração do Resultado	30/09/2018			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	35.717	117	37	104
Custo de Operação.....	(27.542)	-	-	-
Lucro Bruto.....	8.175	117	37	104
Despesas Operacionais.....	(474)	(319)	(128)	(253)
Resultado Financeiro.....	(38)	(3)	7	27
Lucro Antes dos Impostos.....	7.663	(205)	(84)	(122)
Impostos sobre o Lucro.....	(75)	-	-	-
Lucro líquido.....	<u>7.588</u>	<u>(205)</u>	<u>(84)</u>	<u>(122)</u>

16.5.2. Informações Trimestrais Controladas e Coligadas

	30/09/2018						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB.....	342.190	243.322	-	243.322	7.588	-	7.588
Ventos de Curupira.....	55.929	54.574	-	54.574	(205)	-	(205)
Ventos de Povo Novo.....	24.639	23.890	-	23.890	(84)	-	(84)
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	61.563	-	61.563	(122)	-	(122)
Coligadas							
TPAE.....	20.350	14.818	-	14.818	1.129	-	1.129
Jaguari.....	17.680	22.471	-	22.471	1.674	-	1.674
Palmares.....	114.116	128.929	-	128.929	4.892	-	4.892
Ventos da Lagoa.....	88.701	112.508	-	112.508	3.998	-	3.998
Ventos do Litoral.....	102.901	112.857	-	112.857	449	-	449
Ventos do Sul.....	140.964	200.616	-	200.616	28.445	-	28.445
Ventos dos Índios.....	63.641	84.324	-	84.324	(572)	-	(572)

16.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.137	2.160	2.137	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>	<u>2.669</u>	<u>2.692</u>

Notas Explicativas

16.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

16.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

16.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA						Saldos em 30/09/2018
	Saldos em 31/12/2017	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Reclassificação para Ativos Mantidos para Vendas	Dividendos	
Controladas							
TESB.....	124.588	86.020	-	7.029	-	-	217.637
Ventos de Curupira.....	(11.231)	16.156	-	(214)	-	-	4.711
Ventos de Povo Novo.....	(4.678)	10.529	-	(94)	-	-	5.757
Ventos de Vera Cruz.....	(7.796)	24.162	-	(132)	-	-	16.234
Coligadas							
FOTE.....	10.158	35.993	-	900	(47.051)	-	-
TSLE.....	191.753	-	-	16.380	(208.133)	-	-
Ceran.....	73.743	-	-	21.336	(83.711)	(11.368)	-
TPAE.....	2.732	-	-	231	-	-	2.963
Jaguari.....	1.697	-	-	201	-	-	1.898
Etau.....	9.437	-	-	1.412	(9.821)	(1.028)	-
Palmares.....	13.642	-	-	489	-	-	14.131
Ventos da Lagoa.....	11.253	-	-	400	-	-	11.653
Ventos do Litoral.....	11.971	-	-	417	-	-	12.388
Ventos do Sul.....	22.862	-	-	2.844	-	-	25.706
Ventos dos Índios.....	8.489	-	-	(57)	-	-	8.432
Chapecoense.....	84.950	-	-	19.331	(88.981)	(15.300)	-
Enercan.....	22.635	-	-	9.625	(28.579)	(3.681)	-
Ágio Parques Eólicos.....	971	-	-	-	-	-	971
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	-	-	18.174
	585.350	172.860	-	80.098	(466.276)	(31.377)	340.655

16.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Complexo Eólico Povo Novo.....	6.629	52.598	-	-
FOTE.....	7.110	35.998	7.110	35.998
TESB.....	50.648	91.862	-	-
	64.387	180.458	7.110	35.998

Notas Explicativas

17. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	31/12/2016	Movimento	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Custo								
Barragens.....	766.633	-	766.633	-	(170.051)	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.237	-	120.237	-	-	(4)	-	120.233
Máquinas e Equipamentos.....	597.369	(7.657)	589.712	-	(64.596)	1.610	-	526.726
Veículos.....	13.855	-	13.855	-	(55)	97	-	13.897
Móveis e Utensílios.....	4.210	-	4.210	-	(9)	(1)	-	4.200
	<u>1.518.458</u>	<u>(7.657)</u>	<u>1.510.801</u>	<u>-</u>	<u>(234.711)</u>	<u>1.702</u>	<u>-</u>	<u>1.277.792</u>
Depreciação								
Barragens.....	(667.595)	(10.108)	(677.703)	(7.574)	170.051	-	-	(515.226)
Edificações.....	(108.826)	(801)	(109.627)	(597)	-	1	-	(110.223)
Máquinas e Equipamentos.....	(476.399)	(1.074)	(477.473)	(8.461)	63.062	(1)	-	(422.873)
Veículos.....	(12.414)	(254)	(12.668)	(189)	55	(97)	-	(12.899)
Móveis e Utensílios.....	(3.462)	(80)	(3.542)	(59)	9	1	-	(3.591)
	<u>(1.268.696)</u>	<u>(12.317)</u>	<u>(1.281.013)</u>	<u>(16.880)</u>	<u>233.177</u>	<u>(96)</u>	<u>-</u>	<u>(1.064.812)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.660	293.870	313.530	-	-	-	-	313.530
Depreciação.....	(18.588)	(197)	(18.785)	(268)	-	-	-	(19.053)
	<u>1.072</u>	<u>293.673</u>	<u>294.745</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>294.477</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>250.834</u>	<u>273.699</u>	<u>524.533</u>	<u>(17.148)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>1.606</u>	<u>-</u>	<u>507.457</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>33.088</u>	<u>5.967</u>	<u>39.055</u>	<u>(76)</u>	<u>-</u>	<u>(1.609)</u>	<u>-</u>	<u>37.370</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>283.922</u>	<u>279.666</u>	<u>563.588</u>	<u>(17.224)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>544.827</u>
	CONSOLIDADO							
	31/12/2016	Movimento	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Custo								
Barragens.....	766.633	-	766.633	-	(170.051)	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.974	-	153.974	-	-	(4)	-	153.970
Máquinas e Equipamentos.....	551.978	(7.657)	544.321	-	(64.596)	1.610	-	481.335
Veículos.....	13.855	-	13.855	-	(55)	97	-	13.897
Móveis e Utensílios.....	4.329	-	4.329	-	(9)	(1)	-	4.319
	<u>1.515.617</u>	<u>(7.657)</u>	<u>1.507.960</u>	<u>-</u>	<u>(234.711)</u>	<u>1.702</u>	<u>-</u>	<u>1.274.951</u>
Depreciação								
Barragens.....	(666.659)	(10.108)	(676.767)	(7.574)	170.051	-	-	(514.290)
Edificações.....	(78.396)	(801)	(79.197)	(597)	-	1	-	(79.793)
Máquinas e Equipamentos.....	(521.523)	(1.074)	(522.597)	(8.461)	63.062	(1)	-	(467.997)
Veículos.....	(12.375)	(254)	(12.629)	(189)	55	(97)	-	(12.860)
Móveis e Utensílios.....	(3.467)	(80)	(3.547)	(59)	9	1	-	(3.596)
	<u>(1.282.420)</u>	<u>(12.317)</u>	<u>(1.294.737)</u>	<u>(16.880)</u>	<u>233.177</u>	<u>(96)</u>	<u>-</u>	<u>(1.078.536)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.667	293.870	313.537	-	-	-	-	313.537
Depreciação.....	(18.583)	(197)	(18.780)	(268)	-	-	-	(19.048)
	<u>1.084</u>	<u>293.673</u>	<u>294.757</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>294.489</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>234.281</u>	<u>273.699</u>	<u>507.980</u>	<u>(17.148)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>1.606</u>	<u>-</u>	<u>490.904</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>228.974</u>	<u>16.122</u>	<u>245.096</u>	<u>1.501</u>	<u>-</u>	<u>(1.609)</u>	<u>-</u>	<u>244.988</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>463.255</u>	<u>289.821</u>	<u>753.076</u>	<u>(15.647)</u>	<u>(1.534)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>735.892</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e de apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

Notas Explicativas

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de immobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

18. INTANGÍVEL

	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	30.811	31.516
Aquisições.....	13.937	13.937
Baixas.....	(77)	(77)
Outros.....	(8)	(335)
Saldo em 30 de Setembro de 2018	44.663	45.041
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(3.643)	(3.643)
Amortização do período.....	(1.085)	(1.085)
Baixas.....	67	67
Saldo em 30 de Setembro de 2018	(4.661)	(4.661)
Em 31 de dezembro de 2017	27.168	27.545
Saldo em 30 de Setembro de 2018	40.002	40.380

Notas Explicativas

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

19. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Encargos de Uso da Rede	6.314	6.292	6.314	6.292
Suprimento de Energia Elétrica.....	6.336	7.289	6.336	7.289
Energia Elétrica Comprada para Revenda	29.374	1.361	29.374	1.361
Risco Hidrológico - GSF.....	166.365	187.314	166.365	187.314
Materiais e Serviços	21.120	18.304	66.436	67.213
Retenção Contratual	16.516	22.542	16.516	22.542
	<u>246.025</u>	<u>243.102</u>	<u>291.341</u>	<u>292.011</u>

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício.

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	39.441	28.044	39.446	28.057
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.831	4.373	2.831	4.373
Prêmio Assiduidade	291	309	291	309
	<u>42.563</u>	<u>32.726</u>	<u>42.568</u>	<u>32.739</u>

O valor de R\$2.831 (R\$4.373 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	299	42	299	42
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.584	5.662	6.161	8.196
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.712	7.072	5.712	7.095
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS/PASEP	-	1.517	-	1.517
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.251	1.770	1.251	1.770
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	59.429	2.001	59.447	2.463
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	665	-
Outros	4.449	4.337	4.486	5.621
	<u>75.724</u>	<u>22.401</u>	<u>78.021</u>	<u>26.704</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	6.598	7.096
	-	-	<u>6.598</u>	<u>7.096</u>

Notas Explicativas

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

22.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/09/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.711	45.276	51.987
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.711	45.276	51.987
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.410	11.411	169.609	182.430
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	3.315	17.516	324.050	344.881
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					4.725	28.927	493.659	527.311
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					4.725	35.638	538.935	579.298
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					4.725	35.638	538.935	579.298

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2017							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.691	50.175	56.866
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.691	50.175	56.866
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	2.678	9.428	148.439	160.545
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	-	9.427	179.116	188.543
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					2.678	18.855	327.555	349.088
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					2.678	25.546	377.730	405.954
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					2.678	25.546	377.730	405.954

22.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
SalDOS em 31 de Dezembro 2017.....	6.691	50.175	21.533	327.555	405.954
Ingressos.....	-	-	-	110.175	110.175
Encargos.....	2.979	-	12.494	-	15.473
Variação Monetária.....	-	-	4.263	75.691	79.954
Transferências.....	5.040	(5.040)	19.762	(19.762)	-
Taxa Administração.....	-	141	-	-	141
Amortizações de Principal.....	(5.020)	-	(13.943)	-	(18.963)
Amortizações de Encargos	(2.979)	-	(10.457)	-	(13.436)
SalDOS em 30 de Setembro 2018.....	6.711	45.276	33.652	493.659	579.298

22.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos preveem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao AFD. Em setembro de 2018 ocorreu a liberação de R\$110.175 referente ao BID.

22.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e até 30 de setembro de 2018, não houveram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

22.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
PRINCIPAL				
2018	-	24.428	-	24.428
2019	38.964	24.428	38.964	24.428
2020	74.804	24.428	74.804	24.428
2021	72.874	24.428	72.874	24.428
Após 2021	352.293	280.018	352.293	280.018
	<u>538.935</u>	<u>377.730</u>	<u>538.935</u>	<u>377.730</u>

22.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Dólar US\$.....	78,00%	85,99%	78,00%	76,85%
TJLP	22,00%	14,01%	22,00%	23,15%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Notas Explicativas

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	200	349	200	349
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	35	44.693	27.814	44.693
Contrato 1254/95 - Plano Único	35	1.737	3.040	1.737
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	35	61.188	46.395	61.188
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	35	1.620	2.837	1.620
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		86.528	46.469	86.528
	<u>126.755</u>	<u>196.115</u>	<u>126.755</u>	<u>196.115</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	2.123	1.957	2.123	1.957
Provisão Plano Único	41.668	39.550	41.668	39.550
Contrato 1254/95 - Plano Único	33.094	34.490	33.094	34.490
Provisão Plano CEEEPREV	454.322	429.379	454.322	429.379
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	35.472	36.968	35.472	36.968
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	187.873	162.552	187.873	162.552
	<u>754.552</u>	<u>704.896</u>	<u>754.552</u>	<u>704.896</u>
Total	<u>881.307</u>	<u>901.011</u>	<u>881.307</u>	<u>901.011</u>

23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

23.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldato é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Notas Explicativas

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

23.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: “Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”

Notas Explicativas

23.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10).

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

24. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	13.354	21.816	13.354	21.816
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	279	-	279	
Recursos P&D	45.372	43.304	45.372	43.304
Recursos FNDCT	741	844	741	844
Recursos MME	370	422	370	422
	<u>60.116</u>	<u>66.386</u>	<u>60.116</u>	<u>66.386</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	13.045	9.563	13.045	9.563
	<u>13.045</u>	<u>9.563</u>	<u>13.045</u>	<u>9.563</u>

24.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$9.053 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Notas Explicativas

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/09/2018				31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	134.426	74.335	649	209.410	117.209	82.681	586	200.476
Riscos Possíveis	42.432	2.849	49	45.330	235.965	35.895	745	272.605
	<u>176.858</u>	<u>77.184</u>	<u>698</u>	<u>254.740</u>	<u>353.174</u>	<u>118.576</u>	<u>1.331</u>	<u>473.081</u>

25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	30/09/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	31.525	798	-	32.323
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	102.901	73.537	649	177.087
Subtotal Riscos Prováveis	<u>134.426</u>	<u>74.335</u>	<u>649</u>	<u>209.409</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(33.451)	-	(18)	(33.469)
Total não circulante	<u>69.450</u>	<u>73.537</u>	<u>631</u>	<u>143.618</u>
Total geral	<u>100.975</u>	<u>74.335</u>	<u>631</u>	<u>175.941</u>

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2017			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	17.780	2.371	-	20.151
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	99.429	80.310	586	180.325
Subtotal Riscos Prováveis	<u>117.209</u>	<u>82.681</u>	<u>586</u>	<u>200.476</u>
(-) Depósitos judiciais.....	(33.513)	(20)	(15)	(33.548)
Total não circulante	<u>65.916</u>	<u>80.291</u>	<u>571</u>	<u>146.778</u>
Total geral	<u>83.696</u>	<u>82.662</u>	<u>571</u>	<u>166.929</u>

25.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2017	83.696	82.662	571	166.929
(+) Novos Ingressos	50.439	6.822	8	57.269
(-) Pagamentos	(21.468)	(5.309)	(1)	(26.778)
(-) Montantes Revertidos	(21.964)	(23.876)	(44)	(45.884)
(+) Atualização Monetária	10.210	14.017	99	24.326
(+/-) Montantes Depositados	62	19	(2)	79
(=) Saldo Final Setembro/2018	<u>100.975</u>	<u>74.335</u>	<u>631</u>	<u>175.941</u>

Notas Explicativas

25.3. Natureza das ações

25.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

25.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

25.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$631 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

25.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$872.

25.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$87.246 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	99	2.701	99	2.701
Obrigações com Obras da Transmissão	12.140	12.140	12.140	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	170	160	170	160
Outros Credores	26.369	14.224	28.906	19.485
	<u>38.778</u>	<u>29.225</u>	<u>41.315</u>	<u>34.486</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	4.714	4.697	4.714	4.697
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	47.609	43.961	47.609	43.961
Outros Credores	9.283	9.751	10.564	11.529
	<u>62.806</u>	<u>59.609</u>	<u>64.087</u>	<u>61.387</u>

Notas Explicativas

26.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$47.609 (R\$43.961 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

27.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

27.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Reconhecimento do Custo Atribuído	48.573	56.799	48.573	56.799
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível	(9.531)	3.267	(9.531)	3.267
Exclusão Temporária	48.606	32.768	48.606	32.768
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.075.859	1.200.951	1.075.859	1.200.951
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.163.507	1.293.785	1.163.507	1.293.785
IR e CS (Alíquota 34%)	395.592	439.887	395.592	439.887
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(113.723)	(126.173)	(113.723)	(126.173)
Total do Passivo Fiscal Diferido	281.869	313.714	281.869	313.714

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de setembro de 2018, R\$ 256.055.

27.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2017.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	234.361	255.233	234.361	255.233
Provisão para Contingências Trabalhistas	100.975	117.209	100.975	117.209
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	74.946	62.188	74.946	62.188
Total das Diferenças Temporárias	410.282	434.630	410.282	434.630
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	139.496	147.774	139.496	147.774
Base Negativa da CSLL	266.814	343.185	266.814	343.185
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	24.013	30.887	24.013	30.887
Prejuízos Fiscais do IRPJ	613.525	689.897	613.525	689.897
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	153.381	172.474	153.381	172.474
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	177.394	203.361	177.394	203.361
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(246.495)	(280.740)	(246.495)	(280.740)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395
Saldo Contábil Diferenças Temporárias.....	42.061	42.061	42.061	42.061
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	28.334	28.334	28.334	28.334
Saldo Contábil Total.....	70.395	70.395	70.395	70.395

27.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Débitos Tributários Diferidos.....	281.869	313.714	281.869	313.714
Créditos Tributários Diferidos.....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	211.474	243.319	211.474	243.319

27.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2017. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Exercício de 2018.....	2.615	39.542	2.615	39.542
Exercício de 2019.....	31.108	32.950	31.108	32.950
Exercício de 2020.....	30.007	29.553	30.007	29.553
Exercício de 2021.....	30.296	27.687	30.296	27.687
Exercício de 2022.....	31.748	47.483	31.748	47.483
A partir do Exercício de 2023	85.700	66.104	85.700	66.104
	211.474	243.319	211.474	243.319

Notas Explicativas

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	30/09/2018						31/12/2017	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETOBRÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

28.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	30/09/2018	31/12/2017
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	(9.531)	(3.267)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	32.058	37.488
Perda Atuarial.....	(494.746)	(494.746)
	<u>(472.219)</u>	<u>(460.526)</u>

28.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

28.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2017 a Companhia destinou R\$ 20.415 para Reserva Legal.

28.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totaliza o montante de R\$ 194.505.

Notas Explicativas

28.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária constituiu o montante de R\$317.963 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2017 R\$286.173, totalizando um saldo de R\$ 604.136.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

28.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2017 a Companhia destinou o montante de R\$ 40.832 para esta reserva.

28.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.00 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

29. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

29.1. Básico

	01/07/2018 à 30/09/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	62.021	1.069	63.090
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	6,52	6,52	6,52
	01/01/2018 à 30/09/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	102.944	1.774	104.718
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	10,82	10,82	10,82
	01/07/2017 à 30/09/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	126.203	2.141	128.344
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	13,26	13,05	13,26
	01/01/2017 à 30/09/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	233.369	4.022	237.391
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	24,52	24,52	24,52

Notas Explicativas

29.2. Diluído

	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	62.021	126.203
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	1.069	2.141
	<u>63.090</u>	<u>128.344</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>6,52</u>	<u>13,26</u>
	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	102.944	233.369
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	1.774	4.022
	<u>104.718</u>	<u>237.391</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>10,82</u>	<u>24,52</u>

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
Receita Bruta								
Suprimento de Energia Elétrica	92.272	240.391	87.521	242.963	92.272	240.649	88.154	244.178
Disponibilização do Sistema de Transmissão	122.371	404.405	114.613	318.817	122.461	404.798	114.647	318.851
Remuneração do Ativo Financeiro.....	33.461	93.247	15.128	36.835	36.309	101.433	18.203	45.856
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.555	67.043	77.790	111.723	23.555	67.043	77.790	111.723
Receita de Construção	32.760	86.326	40.088	93.405	47.064	113.582	43.242	100.908
	<u>304.419</u>	<u>891.412</u>	<u>335.140</u>	<u>803.743</u>	<u>321.661</u>	<u>927.505</u>	<u>342.036</u>	<u>821.516</u>
Deduções da Receita								
PIS/COFINS	(28.257)	(82.851)	(24.797)	(59.484)	(28.287)	(82.969)	(24.771)	(59.484)
Quota RGR	(837)	(2.188)	-	-	(838)	(2.188)	-	-
Outros Encargos	(2.505)	(9.132)	(3.457)	(10.802)	(2.505)	(9.132)	(3.524)	(10.869)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.652)	(7.878)	(2.903)	(6.165)	(2.652)	(7.878)	(2.903)	(6.165)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(12.898)	(35.529)	(5.650)	(20.618)	(12.897)	(35.529)	(5.650)	(20.618)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hid - CFURH	(4.562)	(15.890)	(7.806)	(22.245)	(4.562)	(15.890)	(7.806)	(22.245)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(757)	(2.343)	(743)	(1.952)	(757)	(2.343)	(743)	(1.952)
	<u>(52.468)</u>	<u>(155.811)</u>	<u>(45.356)</u>	<u>(121.266)</u>	<u>(52.498)</u>	<u>(155.929)</u>	<u>(45.396)</u>	<u>(121.332)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>251.951</u>	<u>735.601</u>	<u>289.784</u>	<u>682.477</u>	<u>269.163</u>	<u>771.576</u>	<u>296.640</u>	<u>700.184</u>

30.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$240.391 (R\$242.963 em 30 de setembro de 2017) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

Notas Explicativas

30.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$404.405 (R\$318.817 em 30 de setembro de 2017) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

30.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$93.247 (R\$36.835 em 30 de setembro de 2017) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
Energia Elétrica de Curto Prazo	(4)	(182)	(45.563)	(45.563)	(4)	(182)	(45.563)	(45.563)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(38.326)	(106.670)	(8.267)	(26.389)	(38.326)	(106.670)	(8.267)	(26.389)
Encargo de Uso do Sistema	(13.713)	(40.855)	(13.662)	(39.025)	(13.713)	(40.855)	(13.662)	(39.025)
	<u>(52.043)</u>	<u>(147.707)</u>	<u>(67.492)</u>	<u>(110.977)</u>	<u>(52.043)</u>	<u>(147.707)</u>	<u>(67.492)</u>	<u>(110.977)</u>

31.1. Energia Elétrica de Curto Prazo

O custo da energia de curto prazo totalizou R\$182 (R\$45.563 em 30 de setembro de 2017) refere-se ao custo da energia de curto prazo, comercializada no âmbito da CCEE.

31.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

O valor de R\$106.670 (R\$26.389 em 30 de setembro de 2017) refere-se à compra de Energia de ENERCAN, por determinação do acordo entre acionistas.

31.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$40.855 (R\$39.025 em 30 de setembro de 2017) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

Notas Explicativas

32. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	43.369	37.347	-	-	7.377	6.371	-	-	50.746	43.718
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.559	18.739	-	-	8.186	7.974	-	-	26.744	26.713
INSS - Empregador	8.026	7.351	-	-	1.299	1.210	-	-	9.325	8.561
Administradores	69	55	-	-	146	198	-	-	215	253
Subtotal Pessoal / Administradores	70.023	63.492	-	-	17.008	15.753	-	-	87.032	79.245
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	2.468	561	-	-	-	-	-	-	2.468	561
Total Pessoal e Administradores	72.491	64.053	-	-	17.008	15.753	-	-	89.499	79.806
Material	439	1.135	-	-	105	67	-	-	544	1.202
Serviço de Terceiros	10.229	9.850	-	-	2.311	1.840	-	-	12.541	11.690
Depreciação e Amortização	5.465	5.432	-	-	558	141	-	-	6.024	5.573
Custo de Construção	32.760	40.088	-	-	-	-	-	-	32.760	40.088
Arrendamento e Aluguéis	1.580	1.823	-	-	71	55	-	-	1.650	1.878
Tributos	489	830	-	-	241	720	-	-	730	1.550
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	2.043	1.749	-	-	-	-	2.043	1.749
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	6.930	8.213	6.930	8.213
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(4.988)	21	(4.988)	21
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	77	(3.697)	77	(3.697)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	985	4.764	985	4.764
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	877	-	877	-
Outros	4	4	-	-	(58)	140	(4.681)	(2.517)	(4.736)	(2.373)
TOTAL	123.457	123.215	2.043	1.749	20.236	18.716	(800)	6.784	144.936	150.464

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	124.900	114.933	-	-	22.437	20.160	-	-	147.337	135.093
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	53.718	55.904	-	-	26.588	23.969	-	-	80.306	79.873
INSS - Empregador	23.293	20.824	-	-	3.791	3.563	-	-	27.084	24.387
Administradores	221	218	-	-	545	618	-	-	766	836
Subtotal Pessoal / Administradores	202.132	191.879	-	-	53.361	48.310	-	-	255.493	240.189
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	5.914	3.248	-	-	-	-	-	-	5.914	3.248
Total Pessoal e Administradores	208.046	195.127	-	-	53.361	48.310	-	-	261.407	243.437
Material	998	2.345	-	-	271	219	-	-	1.269	2.564
Serviço de Terceiros	25.338	31.257	-	-	6.131	5.319	-	-	31.469	36.576
Depreciação e Amortização	15.811	16.384	-	-	1.619	406	-	-	17.430	16.790
Custo de Construção	86.326	93.405	-	-	-	-	-	-	86.326	93.405
Arrendamento e Aluguéis	4.302	4.383	-	-	138	209	-	-	4.440	4.592
Tributos	1.821	1.204	-	-	612	1.919	-	-	2.433	3.123
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(534)	7.106	-	-	-	-	(534)	7.106
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	42.414	22.794	42.414	22.794
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(2.579)	1.191	(2.579)	1.191
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	188	(3.664)	188	(3.664)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	19	5.367	19	5.367
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	931	-	931	-
Outros	13	12	-	-	228	360	(1.330)	888	(1.089)	1.260
TOTAL	342.655	344.117	(534)	7.106	62.360	56.742	39.643	26.576	444.124	434.541

Notas Explicativas

32. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	43.369	37.347	-	-	7.377	6.514	-	116	50.746	43.977
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.559	18.739	-	-	8.186	7.974	-	-	26.745	26.713
INSS - Empregador	8.026	7.351	-	-	1.299	1.210	-	-	9.325	8.561
Administradores	69	55	-	-	51	200	-	-	120	255
Subtotal Pessoal / Administradores	70.023	63.492	-	-	16.913	15.898	-	116	86.936	79.506
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	2.468	561	-	-	-	-	-	-	2.468	561
Total Pessoal e Administradores	72.491	64.053	-	-	16.913	15.898	-	116	89.404	80.067
Material	439	1.134	-	-	105	67	-	-	544	1.201
Serviço de Terceiros	10.390	9.850	-	-	2.790	1.832	-	-	13.180	11.682
Depreciação e Amortização	5.465	5.432	-	-	558	141	-	-	6.023	5.573
Custo de Construção	47.064	43.242	-	-	-	-	-	-	47.064	43.242
Arrendamento e Aluguéis	1.580	1.823	-	-	71	55	-	-	1.651	1.878
Seguros	-	-	-	-	70	-	-	-	70	-
Tributos	489	830	-	-	246	689	-	6	735	1.525
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	2.043	1.749	-	-	-	-	2.043	1.749
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	6.930	8.213	6.930	8.213
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(4.988)	21	(4.988)	21
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	77	(3.697)	77	(3.697)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	985	4.764	985	4.764
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	877	-	877	-
Outros	6	5	-	-	(170)	313	(4.667)	(2.517)	(4.831)	(2.199)
TOTAL	137.924	126.369	2.043	1.749	20.583	18.995	(786)	6.906	159.764	154.019

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	124.900	114.933	-	-	22.437	20.521	-	351	147.337	135.805
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	53.718	55.904	-	-	26.588	23.969	-	-	80.306	79.873
INSS - Empregador	23.293	20.824	-	-	3.791	3.563	-	-	27.084	24.387
Administradores	221	218	-	-	886	619	-	-	1.107	837
Subtotal Pessoal / Administradores	202.132	191.879	-	-	53.702	48.672	-	351	255.834	240.902
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	5.914	3.248	-	-	-	-	-	-	5.914	3.248
Total Pessoal e Administradores	208.046	195.127	-	-	53.702	48.672	-	351	261.748	244.150
Material	998	2.345	-	-	271	219	-	-	1.269	2.564
Serviço de Terceiros	25.613	31.257	-	-	6.802	5.510	-	-	32.415	36.767
Depreciação e Amortização	15.811	16.384	-	-	1.619	406	-	-	17.430	16.790
Custo de Construção	113.582	100.908	-	-	-	-	-	-	113.582	100.908
Arrendamento e Aluguéis	4.302	4.383	-	-	138	209	-	-	4.440	4.592
Seguros	-	-	-	-	81	-	-	-	81	-
Tributos	1.821	1.204	-	-	647	1.958	-	16	2.468	3.178
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(534)	7.106	-	-	-	-	(534)	7.106
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	42.414	22.794	42.414	22.794
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(2.579)	1.191	(2,579)	1.191
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	188	(3.664)	188	(3.664)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	19	5.367	19	5.367
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	931	-	931	-
Outros	24	12	-	-	246	662	(1.302)	888	(1.032)	1.562
TOTAL	370.197	351.620	(534)	7.106	63.506	57.636	39.671	26.943	472.840	443.305

Notas Explicativas

33. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
OUTRAS RECEITAS								
Ganho nas Alienações	6	98	21	185	6	98	21	185
Receita de Prestação de Serviços	2.976	8.497	7.923	14.369	2.976	8.497	7.923	14.369
Outras	155	542	(802)	(436)	156	543	(802)	(436)
	<u>3.137</u>	<u>9.137</u>	<u>7.142</u>	<u>14.118</u>	<u>3.138</u>	<u>9.138</u>	<u>7.142</u>	<u>14.118</u>
OUTRAS DESPESAS								
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(2.813)	(5.615)	-	(223)	(2.813)	(5.615)	-	(223)
Outras	1.779	1.415	(236)	(940)	1.779	1.415	(236)	(940)
	<u>(1.034)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(236)</u>	<u>(1.163)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(236)</u>	<u>(1.163)</u>

34. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2017	01/04/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
RECEITAS FINANCEIRAS								
Renda de Aplicações Financeiras.....	6.889	19.288	10.050	32.557	6.889	19.318	10.024	32.557
Receitas Financeiras com Parcelamentos	4.006	6.059	296	625	4.006	6.059	296	625
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	57.688	66.418	12.319	20.014	57.688	66.418	12.319	20.014
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	1.238	3.473	6.020	7.859	1.238	3.473	6.020	7.859
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.366	10.012	2.145	8.714	3.366	10.012	2.145	8.714
Outras Receitas Financeiras	(164)	606	422	1.748	(127)	666	471	1.797
Total Receita Financeira	<u>73.023</u>	<u>105.856</u>	<u>31.252</u>	<u>71.517</u>	<u>73.060</u>	<u>105.946</u>	<u>31.275</u>	<u>71.566</u>
DESPESAS FINANCEIRAS								
Encargos de Dívidas	(9.835)	(19.317)	(3.403)	(10.115)	(9.835)	(19.317)	(3.403)	(10.115)
Despesas Financeiras com P&D	(2.399)	(2.399)	(716)	(3.287)	(2.399)	(2.399)	(716)	(3.287)
Despesa Financeira com Tributos.....	(801)	(2.313)	(1.085)	(3.635)	(801)	(2.313)	(1.085)	(3.635)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	(71.583)	(138.883)	(3.202)	(14.629)	(71.583)	(138.883)	(3.202)	(14.629)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	393	(63)	243	(487)	393	(63)	243	(487)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(4.818)	(4.827)	(33)	(59)	(4.818)	(4.827)	(33)	(59)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(7.392)	(28.122)	-	-	(7.392)	(28.122)	-	-
Outras Despesas Financeiras	1.810	(2.188)	(3.447)	(10.033)	1.793	(2.285)	(5.417)	(12.665)
Total Despesa Financeira	<u>(94.625)</u>	<u>(198.112)</u>	<u>(11.642)</u>	<u>(42.245)</u>	<u>(94.642)</u>	<u>(198.209)</u>	<u>(13.613)</u>	<u>(44.877)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(21.602)</u>	<u>(92.256)</u>	<u>19.610</u>	<u>29.272</u>	<u>(21.582)</u>	<u>(92.263)</u>	<u>17.662</u>	<u>26.689</u>

Notas Explicativas

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018		01/07/2017 à 30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	73.620	73.620	115.272	115.272
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	7.730	4.638	12.103	7.262
IRPJ - Adicional de 10%	5.148	-	8.063	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	12.878	4.638	20.166	7.262
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	6.824	2.457	5.681	2.045
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	(5.919)	(2.131)	(4.352)	(1.568)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	64	23	12	6
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	13.847	4.987	21.507	7.745
Incentivo PAT = 4%.....	(332)	-	(516)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(254)	-	(32)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	13.261	4.987	20.959	7.745
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(7.636)	(2.750)	(15.844)	(5.704)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	589	213	(5.477)	(1.971)
IR CS Diferidos	(7.047)	(2.537)	(21.321)	(7.675)
Total IRPJ e CSLL	6.214	2.450	(362)	70

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/01/2018 à 30/09/2018		01/01/2017 à 30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	136.550	136.550	241.212	241.212
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	14.338	8.603	25.327	15.196
IRPJ - Adicional de 10%	9.541	-	16.867	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	23.879	8.603	42.194	15.196
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	20.928	7.534	264	95
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	(389)	(140)	(11.463)	(4.127)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	114	41	33	13
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	44.532	16.038	31.028	11.177
Incentivo PAT = 4%.....	(1.069)	-	(745)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(280)	-	(68)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	43.183	16.038	30.215	11.177
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(21.891)	(7.881)	(15.356)	(5.528)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	1.752	631	(2.848)	(1.025)
IR CS Diferidos	(20.139)	(7.250)	(18.204)	(6.553)
Total IRPJ e CSLL	23.044	8.788	12.011	4.624

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 30 de setembro de 2018 a despesa de R\$75, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

Notas Explicativas

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

36.1. Balanço Patrimonial

36.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
ATIVO	1.754.448	1.490.917	3.583.063	3.369.147	(384.883)	(215.540)	4.952.628	4.644.524
CIRCULANTE	584.758	518.319	1.269.358	764.952	(384.883)	(215.540)	1.469.233	1.067.731
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.392	279.711	1.323	1.865	-	-	257.715	281.576
Investimentos em Títulos do Governo	33.552	37.150	100.073	98.435	-	-	133.625	135.585
Concessionárias e Permissionárias	92.097	91.609	79.162	98.645	-	-	171.258	190.254
Tributos a Recuperar	45.458	56.179	56.735	(705)	-	-	102.193	55.474
Estoques	8.415	6.608	11.892	9.399	-	-	20.307	16.007
Ativo Financeiro da Concessão	3.754	3.754	85.387	85.387	-	-	89.141	89.141
RBSE	-	-	153.722	224.471	-	-	153.722	224.471
Pagamentos Antecipados	-	-	955	1.255	-	-	955	1.255
Investimentos Mantidos para Venda	112.290	-	353.986	-	-	-	466.276	-
Outros Créditos a Receber	32.800	43.308	426.123	246.200	(384.883)	(215.540)	74.040	73.968
NÃO CIRCULANTE	1.169.690	972.598	2.313.705	2.604.195	-	-	3.483.395	3.576.793
Tributos a Recuperar	6	5	-	-	-	-	6	5
Aplicações Financeiras	9	9	-	-	-	-	9	9
Depósitos Judiciais	17.630	15.241	25.506	25.507	-	-	43.136	40.748
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.556	52.526	57.831	127.932	-	-	64.387	180.458
Ativo Financeiro da Concessão	124.414	92.872	646.764	607.300	-	-	771.178	700.172
RBSE	-	-	1.345.067	1.399.409	-	-	1.345.067	1.399.409
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda	1.709	1.709	395	385	-	-	2.104	2.094
Outros Créditos a Receber	323.717	73.864	5.638	1.259	-	-	329.355	75.123
Investimentos	184.933	221.902	158.391	366.117	-	-	343.324	588.019
Imobilizado	471.894	488.475	72.934	75.113	-	-	544.827	563.588
Intangível	38.821	25.995	1.181	1.173	-	-	40.002	27.168

36.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
PASSIVO	1.754.448	1.490.917	3.583.063	3.369.147	(384.883)	(215.540)	4.952.628	4.644.524
CIRCULANTE	730.900	574.681	456.630	419.189	(384.883)	(215.540)	802.647	778.330
Fornecedores	218.704	209.216	27.321	33.886	-	-	246.025	243.102
Obrigações Trabalhistas	2.846	4.950	39.717	27.776	-	-	42.563	32.726
Obrigações Fiscais	7.762	8.382	67.962	14.019	-	-	75.724	22.401
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	7.674	7.050	32.689	21.174	-	-	40.363	28.224
Provisão para Benefícios a Empregados	50.337	99.740	76.418	96.375	-	-	126.755	196.115
Obrigações da Concessão	18.290	17.626	41.826	48.760	-	-	60.116	66.386
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.249	4.735	24.074	15.416	-	-	32.323	20.151
Outros Passivos	394.604	222.085	29.057	22.680	(384.883)	(215.540)	38.778	29.225
Dividendos Obrigatórios	22.434	896	117.566	139.104	-	-	140.000	140.000
NÃO CIRCULANTE	742.444	646.548	981.986	895.347	-	-	1.724.430	1.541.895
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	113.996	77.730	424.939	300.000	-	-	538.935	377.730
Provisão para Benefícios a Empregados	461.646	408.916	292.906	295.980	-	-	754.552	704.896
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	97.580	96.059	46.038	50.719	-	-	143.618	146.778
Obrigações da Concessão	5.535	4.332	7.510	5.231	-	-	13.045	9.563
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.121	3.707	207.353	239.612	-	-	211.474	243.319
Outros Passivos	59.566	55.804	3.240	3.805	-	-	62.806	59.609
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	281.104	269.688	2.144.447	2.054.611	-	-	2.425.551	2.324.299
Capital Social	97.790	65.739	817.842	522.708	-	-	915.632	588.447
Reserva de Capital	-	2.094	-	325.091	-	-	-	327.185
Outros Resultados Abrangentes	(133.695)	189.893	(338.524)	(650.418)	-	-	(472.219)	(460.526)
Reserva Legal	3.271	130	17.144	20.285	-	-	20.415	20.415
Reserva Estatutária	6.544	261	34.288	40.571	-	-	40.832	40.832
Reserva Especial de Lucros a Realizar	-	1.245	194.505	193.260	-	-	194.505	194.505
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído	44.297	3.866	559.839	600.270	-	-	604.136	604.136
Reserva de Incentivos Fiscais	307.160	6.460	702.144	1.002.844	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(44.263)	-	157.208	-	-	-	112.945	-

Notas Explicativas

36.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	299.373	307.971	436.228	374.506	-	-	735.601	682.477
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(258.597)	(192.722)	(231.765)	(262.372)	-	-	(490.362)	(455.094)
Custo com Energia Elétrica	(147.707)	(110.977)	-	-	-	-	(147.707)	(110.977)
Custo de Operação	(110.890)	(81.745)	(231.765)	(262.372)	-	-	(342.655)	(344.117)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	40.776	115.249	204.463	112.134	-	-	245.239	227.383
Despesas Operacionais	(43.658)	(37.361)	(57.811)	(53.062)	-	-	(101.469)	(90.424)
Despesas com Vendas	(2.738)	(1.651)	3.272	(5.455)	-	-	534	(7.106)
Despesas Gerais e Administrativas	(31.180)	(28.371)	(31.180)	(28.371)	-	-	(62.360)	(56.742)
Outras Despesas Operacionais.....	(9.740)	(7.339)	(29.903)	(19.237)	-	-	(39.643)	(26.576)
Outras Receitas.....	5.075	3.835	4.062	10.283	-	-	9.137	14.118
Outras Despesas.....	(483)	(1.214)	(3.717)	51	-	-	(4.200)	(1.163)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.710	80.509	146.997	69.405	-	-	148.707	149.914
Resultado de Participações Societárias	52.065	61.900	28.034	12.940	-	-	80.099	74.840
Receita(Despesa) Financeira	(30.570)	23.876	(61.686)	5.396	-	-	(92.256)	29.272
Rendas de Aplicações Financeiras	19.114	31.717	174	840	-	-	19.288	32.557
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ	(12.491)	3.497	(52.962)	10.602	-	-	(65.453)	14.099
Encargos de Dívidas	(6.669)	(2.169)	(12.648)	(7.946)	-	-	(19.317)	(10.115)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(30.524)	(9.169)	3.750	1.900	-	-	(26.774)	(7.269)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	23.205	166.284	113.345	87.741	-	-	136.550	254.026
Imposto de Renda Corrente	(1.812)	(17.490)	(41.371)	(12.725)	-	-	(43.183)	(30.215)
Imposto de Renda Diferido.....	(480)	7.496	20.619	10.708	-	-	20.139	18.204
Contribuição Social Corrente	(712)	(6.475)	(15.326)	(4.702)	-	-	(16.038)	(11.177)
Contribuição Social Diferido.....	(173)	2.699	7.423	3.854	-	-	7.250	6.552
PREJUÍZO DO PERÍODO	20.028	152.514	84.690	84.877	-	-	104.718	237.391
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$.....	0,05	0,16	0,08	0,12	-	-	10,82	0,61
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$.....	0,05	0,16	0,08	0,12	-	-	638,47	0,61

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					Total
		Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
30/06/2018							
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	475.913	-	-	-	475.913	
Concessionárias e Permissionárias	6	-	4.744	-	-	4.744	
Cedência de funcionários	9	44	56	-	7	107	
Conta Gráfica	9	-	1.281	-	-	1.281	
Mútuo CEEE-D.....	9	-	73.212	-	-	73.212	
		475.957	79.293	-	7	555.257	
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	-	76.322	76.322	
Empréstimo circulante	22	-	-	-	5.884	5.884	
Empréstimo não circulante	22	-	-	-	68.772	68.772	
		-	-	-	150.977	150.977	
30/06/2018							
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	10.253	10.253	
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.045	-	-	1.045	
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	85.766	-	-	85.766	
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(2.167)	(2.167)	
Receita financeira		7.158	5.219	-	-	12.377	
		7.158	92.030	-	(2.167)	107.274	

Notas Explicativas

	Nota Explicativa	31/12/2017					Total
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	279.496	-	-	-	-	279.496
Concessionárias e Permissionárias	6	-	2.756	-	-	-	2.756
Cedência de funcionários	9	177	59	-	-	-	236
Conta Gráfica	9	-	5.802	-	-	-	5.802
Mútuo CEEE-D	9	-	70.959	-	-	-	70.959
		279.673	79.576	-	-	-	359.249
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	-	105.881	-	105.881
Empréstimo circulante	22	-	-	-	3.357	-	3.357
Empréstimo não circulante	22	-	-	-	71.458	-	71.458
		-	-	-	180.696	-	180.696
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	3.173	3.173
Suprimento de Energia Elétrica		-	2.434	-	-	-	2.434
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	54.769	-	-	-	54.769
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(35.801)	-	(35.801)
Receita financeira		731	106.190	-	-	-	106.921
Despesa financeira		-	(21)	-	-	-	(21)
		731	163.372	-	(35.801)	3.173	131.475

37.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 30 de setembro de 2018 foi de R\$767 (R\$1.528 em 30 de setembro de 2017), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2018 à 30/09/2018				01/07/2018 à 30/09/2018			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	74	18	5	97	89	25	5	119
Conselho de Administração	62	12	-	74	77	15	-	92
Conselho Fiscal	38	7	-	45	35	7	-	42
Total	174	37	5	216	201	47	5	253

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/01/2018 à 30/09/2018				01/01/2018 à 30/09/2018			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	290	76	25	391	1.019	87	19	1.126
Conselho de Administração	215	43	-	258	227	45	-	272
Conselho Fiscal	98	20	-	118	110	21	-	131
Total	603	139	25	767	1.356	153	19	1.528

Notas Explicativas

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado por Meio do Resultado					
Numerário Disponível		5.250	2.080	5.823	4.981
Concessionárias e Permissionárias	6	171.259	190.254	171.486	190.681
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL		252.465	279.496	253.563	280.352
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	1.623.880	1.498.789	1.623.880
Ativo Financeiro da Concessão	12	860.319	789.313	1.115.580	1.011.198
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	133.625	135.585	133.625	135.585
		<u>2.921.707</u>	<u>3.020.608</u>	<u>3.178.866</u>	<u>3.246.677</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado					
Fornecedores	19	246.025	243.102	291.341	292.011
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	579.298	405.954	579.298	405.954
TOTAL		<u>825.323</u>	<u>649.056</u>	<u>870.639</u>	<u>697.965</u>

38.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$171.259.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

38.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Informações Trimestrais Financeiras Intermediárias foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	257.715	2.080	259.386	4.981
Concessionárias e Permissionárias	6	171.259	279.496	171.486	280.352
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	133.625	135.585	133.625	135.585
Ativo Financeiro da Concessão	12	860.319	789.313	1.115.580	1.011.198
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	1.623.880	1.498.789	1.623.880
TOTAL		<u>2.921.707</u>	<u>2.830.354</u>	<u>3.178.866</u>	<u>3.055.996</u>

Notas Explicativas

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia não possui operações com derivativos.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

38.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

38.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

38.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2018 cuja cotação do dólar corresponde a R\$4,00 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/12/2018, correspondente ao dólar a R\$3,89. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 30/09/2018	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	527.311	469.307	586.633	703.960
Passivo Líquido Exposto	527.311	469.307	586.633	703.960
Efeito Líquido da Variação Cambial			117.327	234.653

38.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

Notas Explicativas

		CONTROLADORA				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	257.715	257.715	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	171.259	171.259	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	133.625	133.625	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	860.319	89.141	-	-	771.178
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	153.722	187.349	562.046	595.673
		2.921.707	805.462	187.349	562.046	1.366.851
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	246.025	246.025	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.155.732	83.247	81.194	229.581	761.710
		1.401.757	329.272	81.194	229.581	761.710
		CONSOLIDADO				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	259.386	259.386	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	171.486	171.486	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	133.625	133.625	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.115.580	100.361	-	-	1.015.219
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	153.722	187.349	562.046	595.673
		3.178.866	818.580	187.349	562.046	1.610.892
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	291.341	291.341	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.155.732	83.247	81.194	229.581	761.710
		1.447.073	374.588	81.194	229.581	761.710

38.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	22	579.298	405.954	579.298	405.954
Caixa e equivalentes de caixa	5	(257.715)	(281.576)	(259.386)	(285.333)
Investimento em Títulos do Governo	10	(133.625)	(135.585)	(133.625)	(135.585)
Dívida Líquida		187.958	(11.207)	186.287	(14.964)
Patrimônio Líquido		2.425.551	2.324.299	2.442.136	2.338.614
Endividamento do Patrimônio Líquido		0,08	(0,00)	0,08	(0,01)

38.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2018 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/09/2018. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 30/09/2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	22					
BNDES		TJLP	51.987	74.852	65.658	85.046
Exposição Líquida			<u>(51.987)</u>	<u>(74.852)</u>	<u>(65.658)</u>	<u>(85.046)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(22.865)</u>	<u>9.194</u>	<u>(19.388)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Informações Trimestrais conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

38.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	257.715	257.715
Concessionárias e Permissionárias.....	6	171.259	171.259
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	133.625	133.625
Ativo Financeiro da Concessão	12	860.319	860.319
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	1.498.789
		<u>2.921.707</u>	<u>2.921.707</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	246.025	246.025
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	579.298	1.155.732
		<u>825.323</u>	<u>1.401.757</u>
		CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	259.386	259.386
Concessionárias e Permissionárias.....	6	171.486	171.486
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	133.625	133.625
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.115.580	1.115.580
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	13	1.498.789	1.498.789
		<u>3.178.866</u>	<u>3.178.866</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	291.341	291.341
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	579.298	1.155.732
		<u>870.639</u>	<u>1.447.073</u>

Notas Explicativas

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

38.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 30/09/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	252.465	-	252.465	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	133.625	133.625	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	860.319	860.319	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.498.789	-	-	1.498.789
	<u>2.745.198</u>	<u>993.944</u>	<u>423.725</u>	<u>1.498.789</u>
	CONSOLIDADO			
	Valor contábil 30/09/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	253.563	-	253.563	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	133.625	133.625	-	-
Ativo Financeiro da Concessão.....	1.115.580	1.115.580	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.498.789	-	-	1.498.789
	<u>3.001.557</u>	<u>1.249.205</u>	<u>253.563</u>	<u>1.498.789</u>

38.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão e da Rede Básica do Sistema Existente foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

38.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

38.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

Notas Explicativas

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

38.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

39. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2018 à 13/04/2019. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$101.247 e o valor do prêmio é de R\$101 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$244.574 e o valor do prêmio é de R\$245.

40. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

40.1. Reajuste Tarifário – Geração

A Resolução Homologatória nº 2.421, de 17 de julho de 2018, reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A RAG homologada é de R\$ 115,2 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de revisão tarifária realizada para o ciclo 2018-2023 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), Ajustes de Indisponibilidade ou Desempenho Apurados (Ajl), Encargos de Conexão e Uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão, além de Encargos como a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e os custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE), eventuais ajustes

Notas Explicativas

e a devida atualização monetária. Entre as mudanças instituídas nesta revisão, destaca-se a inclusão na composição da GAG dos Custos de Capital por Investimentos em Melhorias (GAGMel), o que representa uma receita adicional pré-determinada para execução dos investimentos necessários para manutenção da vida útil das instalações até o final do contrato de concessão. Essa inclusão acaba com a necessidade de submissão prévia à ANEEL dos planos de investimentos e garante um fluxo de receitas futuro, gerando previsibilidade para a execução das melhorias nas instalações.

40.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 2.408 de 28 de junho de 2018 estabeleceu a nova RAP da Transmissora que totaliza para o ciclo 2018/2019 R\$ 690 milhões, nela está incluído incremento de R\$ 38 milhões provenientes de obras novas e de atualização monetária, em comparação ao Ciclo 2017/2018. A receita referente aos investimentos não totalmente depreciados vinculados aos bens de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, instalações de conexão e às Demais Instalações de Transmissão – DITs, previstos na Portaria nº120/2016), como esperado, será R\$ 19 milhões menor que a percebida no ciclo anterior. Este fato ocorre porque houve o recálculo do componente econômico, considerando a depreciação desses ativos ao longo do próximo ciclo.

César Eduardo Lindenmeyer
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
CRCRS 62.384

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e as demonstrações, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis e ISRE 2400 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 09 de novembro de 2017, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 22 de março de 2018, sem modificação.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC RS 005519/F 0

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6 – S – RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2018.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2018.

URBANO SCHMITT

Diretor Presidente

CÉSAR LUIS BAUMGRATZ

Diretor

JORGE PAGLIOLI JOBIM

Diretor

CÉSAR EDUARDO LINDENMEYER

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor